

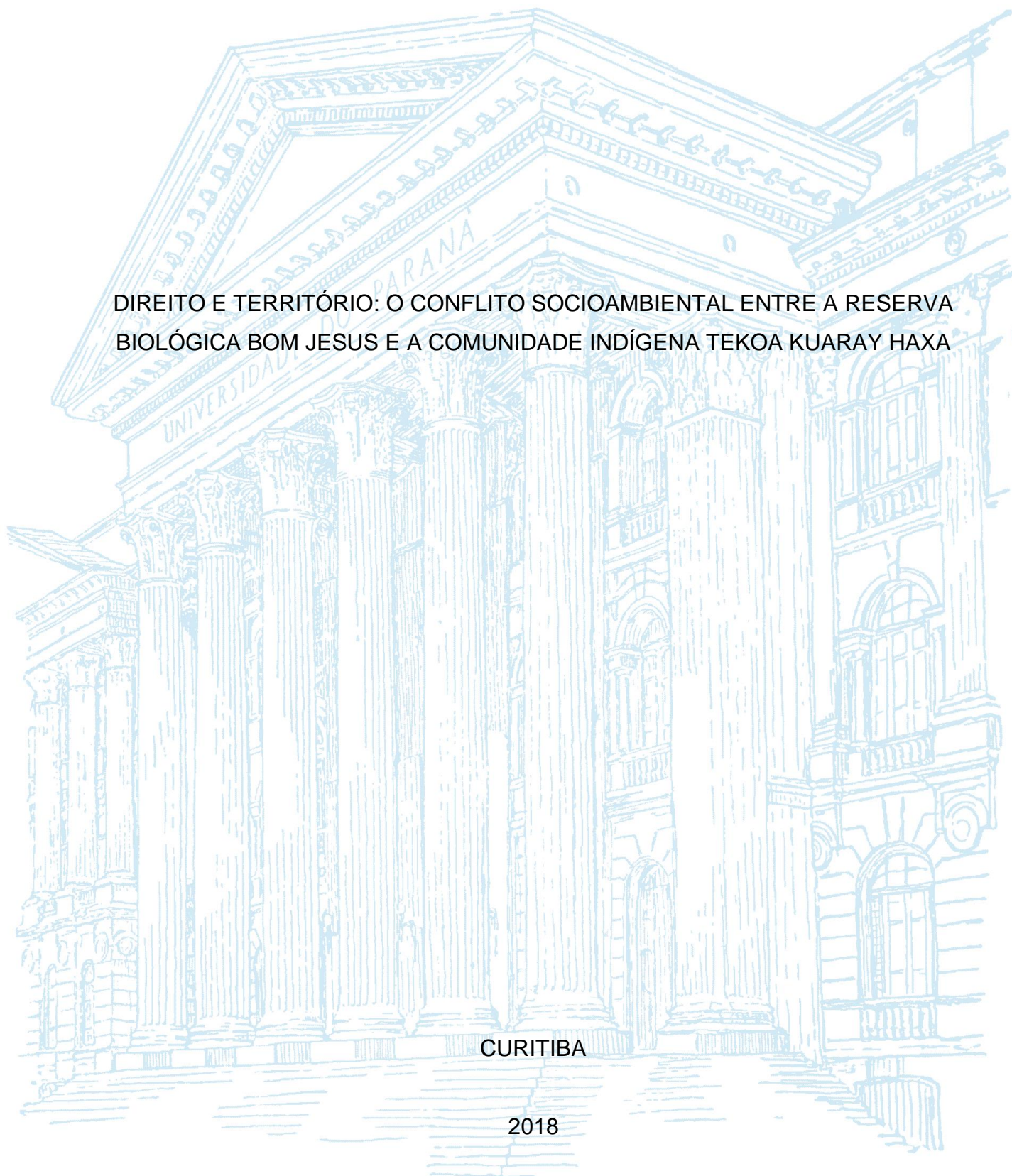
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA VICTÓRIA LUNEDO DE MENDONÇA

DIREITO E TERRITÓRIO: O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENTRE A RESERVA
BIOLÓGICA BOM JESUS E A COMUNIDADE INDÍGENA TEKOA KUARAY HAXA

CURITIBA

2018



ANA VICTÓRIA LUNEDO DE MENDONÇA

DIREITO E TERRITÓRIO: O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENTRE A RESERVA
BIOLÓGICA BOM JESUS E A COMUNIDADE INDÍGENA TEKOA KUARAY HAXA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciência Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Katya Regina Isaguirre Torres

CURITIBA

2018

A verdadeira inteligência atua silenciosamente. A calma é o lugar onde a criatividade e a solução dos problemas são encontradas.

(Eckhart Tolle. O Poder do Silêncio, 2003. p. 8)

RESUMO

Em um contexto de eclosão política na América Latina pela diversidade social, a presente monografia estuda os aspectos jurídicos que circundam o conflito socioambiental da criação da Reserva Biológica Bom Jesus e a Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa (comunidade Guarani com ocupação em processo de demarcação da área em questão), existente no litoral paranaense, mais especificamente na região de Antonina e Guaraqueçaba/PR. O objetivo do presente trabalho é verificar o referido conflito sob o ponto de vista da sobreposição das terras originárias com as Unidades de Conservação, à luz dos comandos normativos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; Povos indígenas; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

In a context of political emergence in Latin America due to social diversity, this monograph studies the juridical aspects that surround the social and environmental conflict of the creation of the Bom Jesus Biological Reserve and the Tekoa Kuaray Haxa Indigenous Community (Guarani community with occupation in demarcation process), existing in the coast of Paraná, specifically in the region of Antonina and Guaraqueçaba / PR. The objective of the present study is to verify the conflict from the point of view of the overlapping of the original lands with the Conservation Units, in light of the normative commands of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 and of Convention 169 of the International Labor Organization.

Keywords: Socio-environmental conflict; Indigenous peoples; Conservation units.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
Art.	- Artigo
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade
MPF	- Ministério Público Federal
REBIO	- Reserva Biológica
SNUC	- Sistema Nacional das Unidades de Conservação
TRF	- Tribunal Regional Federal

LISTA DE SÍMBOLOS

® - marca registrada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.....	18
2.1	O ACESSO À TERRA COMO DIREITO ORIGINÁRIO.....	20
2.2	DEMAIS DIREITOS GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.....	25
3	CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	28
3.1	A CONVENÇÃO 169 DA OIT E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.....	28
3.2	A CONVENÇÃO 169 DA OIT E O STATUS SUPRALEGAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	32
4	O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL PROPRIAMENTE DITO E A SITUAÇÃO FÁTICA DO CASO	35
4.1	O ENQUADRAMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA E A REALIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA TEKOA KUARAY HAXA.....	36
4.2	A DEMANDA EM JUÍZO.....	43
5	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO 1	56
	ANEXO 2	57

1 INTRODUÇÃO

A América Latina lida com o chamado “novo constitucionalismo latino-americano”, que consiste em reformular as teorias de natureza colonial e delinea novos modelos de cidadania que convergem com a cidadania ativa e com o reconhecimento de direitos relativos às tradições ancestrais enquanto elementos constitutivos do cidadão e dos povos originários. A partir da reestruturação das teorias constitucionais europeias baseadas na lógica racionalista e individualista, a compreensão do plano do Direito passa a se caracterizar pela multiplicidade e pelo pluralismo dos povos. Avançando em relação aos parâmetros políticos, sociais e jurídicos, porquanto não nega os aspectos positivistas¹. Os pioneiros das experiências nesse sentido são Equador e Bolívia respectivamente em 2008 e 2009.

Isto porque, em que pese a afirmação de direitos no final do século XX após as ditaduras latinas promettesse limitar o poder estatal, ao fim e ao cabo acabou por excluir inúmeras singularidades da realidade da América Latina, como a efetiva salvaguarda de seus povos originários, a proteção de suas riquezas naturais e a relação intrínseca entre ambos.

É neste contexto que se desenvolve o presente trabalho. Especialmente no que se refere ao Brasil, que além de ser o país que contém o maior número de povos indígenas da América Latina segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), apresentado na sede das Nações Unidas na 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas em 22 de setembro de 2014², também tem passado por um processo de retrocesso e desestabilização política de garantia de direitos.

Para tanto, o objeto de estudo do presente trabalho é o conflito socioambiental ocorrido entre a criação da Reserva Biológica Bom Jesus e a Comunidade Indígena Kuaray Haxa, que se desenvolveu no momento em que o Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade - ICMBIO criou a Reserva

¹ BELLO. Enzo. O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino-americano. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD) 7(1):49-61, janeiro-abril 2015. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2015.71.05/4547>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

² Ver mais em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/relatorio-da-onu-aponta-aumenta-do-numero-de-indigenas-na-america>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

Biológica Bom Jesus no mesmo território em que havia ocupação de povo Guarani em processo de demarcação de terra junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na região do litoral paranaense, mais especificamente em Guaraqueçaba/PR e Antonina/PR, ocorrendo a sobreposição das áreas em questão.

De todo o território brasileiro desde a época da colonização portuguesa, restaram aos indígenas somente 13% do território nacional. Os povos Guaranis, especificamente, habitam os do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Tocantins, Goiás e Maranhão³. Ou seja, estão espalhados por todo o território brasileiro.

A sobreposição de terras indígenas é tema relevante uma vez que encontra-se contextualizada dentro da legislação constitucional (essencialmente os artigos 231 e 232 da Constituição da República de 1988) e infraconstitucional (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e Estatuto do Índio) que consagram sua expressamente sua proteção, ainda assim muitas destas terras têm áreas sobrepostas, sejam territórios bens públicos, inclusive para fins de Unidades de Conservação, sejam estes propriedade privada. Para o presente trabalho, far-se-á a análise da legislação a partir dos diplomas legais supracitados, tendo por base especificamente a questão jurídica que envolve a sobreposição da Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa e a Reserva Biológica Bom Jesus. Ainda, serão analisados os principais argumentos trazidos aos autos que tramitam perante a Justiça Federal e que até o presente momento não transitou em julgado.

Será utilizado o método dedutivo a partir de revisão bibliográfica com pesquisa de material secundário (sites de notícias, bases de dados, entre outros) e a análise das peças disponíveis ao público do processo 5000189-75.2014.4.04.7008 que tramitou na Vara Federal de Paranaguá e, posteriormente, no julgamento do Agravo de Instrumento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com numeração 5022115-87.2014.4.04.0000, cuja comprovação de publicidade encontra-se em anexo.

A presente monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro trata dos direitos dos povos indígenas em âmbito constitucional, mais especificamente o

³ Ver mais em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

direito à terra e a diferença entre a posse conferida pela Constituição da República como proteção dos direitos indígenas e a posse meramente civil.

Já o segundo capítulo tratará da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, suas inovações e a formação do novo paradigma de proteção aos direitos dos povos indígenas em âmbito internacional. Também será abordada sua hierarquia enquanto norma constante do ordenamento jurídico brasileiro e porquê recebe o *status* de supralegal.

O terceiro capítulo tratará do conflito socioambiental propriamente dito com a análise da demanda judicial e seu contexto, também será evidenciado o direito territorial Guarani na região, segundo seus usos, costumes, crenças e tradições, bem como contextualizada a Reserva Biológica Bom Jesus e buscar saber se, no caso em específico, pode haver a dupla afetação da área.

É preciso entender que para transformar é preciso avançar, em termos de resistência e enfrentamento, perante as estruturas que persistem. Mais que uma porção de território, a terra para os povos originários é imprescindível para suas atividades produtivas, a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

2 DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em se tratando do acesso à terra, apesar da originária ocupação das terras por povos pré-colombianos, importa mencionar que, legalmente, a proteção às terras indígenas no Brasil se encontra no texto constitucional desde 1934⁴, fato que permaneceu não apenas sucessivamente preservado nas Constituições que perpassaram o contexto brasileiro⁵, todavia encontra-se ainda tutelado na Constituição da República de 1988.

⁴ BRASIL. Constituição de 1934. Art. 129 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem. permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.

⁵ BRASIL. Constituição de 1937. Art 154. Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas. Constituição de 1946. Art 216. Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem. Constituição de 1967. Art 4º. Incluem-se entre os bens da União: IV - as terras ocupadas pelos silvícolas; Art 186. É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Evidentemente, há diferenças no tratamento atual, mesmo porque a Constituição da República de 1988, diferentemente de suas antecessoras, foi a pioneira no contexto brasileiro a garantir os direitos fundamentais das populações tradicionais originárias de seu território, ao passo que o próprio Estatuto do índio (Lei Federal 6.001 de 1973) seguindo uma lógica de homogeneidade, dispunha primariamente que cabe ao Estado promover políticas públicas de modo a agregar as populações indígenas ao restante da sociedade, uma vez que, com o passar do tempo, todos os indígenas deveriam fazer parte da sociedade majoritária⁶.

A inovação trazida pela Constituição da República de 1988 não foi a de conferir as propriedades aos povos indígenas, todavia foi um marco na retomada de autonomia destes povos ao ressignificar a “integração” das populações indígenas aos grupos não-índios.

Assegurando o respeito à organização social, os costumes, as línguas, crenças e tradições, a Constituição de 1988 expressa o direito dos povos indígenas em capítulo específico que se encontrava já produzindo efeitos quando da promulgação da Constituição de 1988, uma vez que presente nos artigos 231 e 232 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias⁷. São estas as previsões:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(...)

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Constituição de 1969. Art. 4º. Incluem-se entre os bens da União: IV - as terras ocupadas pelos silvícolas; Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. § 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas. § 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

⁶ HEEMANN, Thimotie Aragon. Por uma releitura do direito dos povos indígenas: do integracionismo ao interculturalismo. Revista de Doutrina e Jurisprudência. 53. Brasília. 109 (1). p. 1-14 / JUL - DEZ 2017.

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VIII, Dos Índios.

Assim, o objetivo do presente capítulo é analisar os direitos previstos na Constituição da República de 1988 para os povos indígenas, bem como verificar se as mudanças trazidas pela Carta Magna, sobretudo no que tange ao acesso à terra, são suficientes para tutelar os direitos fundamentais dos povos indígenas pelo Estado.

2.1 O ACESSO À TERRA COMO DIREITO ORIGINÁRIO

Inicialmente, cumpre demonstrar o que a Constituição da República de 1988 conceitua por terra tradicionalmente ocupada, bem como qual o regime jurídico ao qual se enquadra e o fim social que propõe:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Veja-se que, da leitura depreendida, bem como do teor do disposto no artigo 20, XI, da Constituição da República de 1988⁸, a Carta Magna permaneceu prevendo que as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são bens da União do mesmo modo que a Constituição de 1967 já considerava as terras ocupadas pelos silvícolas como integrantes do patrimônio da União. Isto porque o entendimento da época era de que a melhor maneira de proteger as terras indígenas era se fossem constituídas como propriedade da União e, com esse *status*, não poderiam ser alienadas.

Evidentemente, a fim de garantir o uso exclusivo das terras indígenas para as comunidades a que são destinadas, tais terras necessitam de uma maior proteção com relação à propriedade particular, com o intuito de resguardar o uso exclusivo dos bens coletivos segundo os usos, costumes, crenças e tradições pelas comunidades. Ocorre que, ainda assim, esta via de proteção pode representar um impasse junto às comunidades e suas lideranças no que diz respeito à autonomia e autodeterminação dos povos autóctones pela falta da titularidade da propriedade da terra.

Importa frisar a complexa e abrangente conceituação que se tem acerca do que se entende por “terra tradicionalmente ocupada”, sob o ensinamento de Alfredo Wagner:

As formas de reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas” podem ser resumidas num quadro explicativo que passo a apresentar adiante. A diversidade de figuras jurídico-formais, contemplando a propriedade (quilombolas), a posse permanente (indígenas), o uso comum temporário, mas repetido a cada safra (quebradeiras de coco babaçu); o “uso coletivo” (faxinal), o uso comum e aberto dos recursos hídricos e outras concessões de uso, bem assinala a complexidade dos elementos em questão que, embora sejam passíveis de agrupamento numa única categoria classificatória, não parecem comportar uma homogeneização jurídica.⁹

⁸ Art. 20. São bens da União:

(...)

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. p. 72. – 2.ª ed, Manaus: pgscs-ufam, 2008. 192 p. isbn 978-85-7401-402-9. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/terras-tradicionalmente-ocupadas-alfredo-wagner/>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

Sem adentrar no mérito dos processos demarcatórios, fato é que importa ainda pontuar que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) conceitua por terras tradicionalmente ocupadas, à luz do comando do enunciado constitucional, como *direito originário dos povos indígenas*, e como exerce função estatal de viabilizar o acesso à terra dos povos indígenas (dentre outras modalidades¹⁰) além das tradicionalmente ocupadas, interessa também verificar o sob o ponto de vista jurídico o procedimento administrativo ao qual o reconhecimento de tais terras passa a ser considerado pelo referido órgão, senão vejamos:

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.¹¹

(...)

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas

De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

As fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas, abaixo descritas, são definidas por Decreto da Presidência da República e atualmente consistem em:

¹⁰ Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Modalidades de Terras Indígenas. Fundação Nacional do Índio. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

¹¹ Modalidades de Terras Indígenas. Fundação Nacional do Índio. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

O Estatuto do Índio (Lei Federal 6.001 de 1973) também conceitua a posse do indígena com a sua ocupação efetiva da terra, de acordo com usos, costumes e tradições, onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil, incluindo o usufruto das riquezas naturais e demais utilidades presentes nas terras:

CAPÍTULO II

Das Terras Ocupadas

Art. 22. Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, serão bens inalienáveis da União.

Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.

Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§ 1º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§ 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas.

Tendo em vista que a Constituição da República de 1988 garante a posse das terras aos povos indígenas, pode-se afirmar que no momento em que a Carta Magna declara que a posse permanente das terras indígenas tem prioritariamente o fim social a resguardar os usos, costumes e tradições de cada comunidade indígena, tanto que as terras indígenas são inalienáveis e os direitos sobre elas indisponíveis, também propõe-se a garanti-la futuramente, no sentido de que delas não serão esbulhados.

Tanto é assim que para José Afonso da Silva:

O tradicionalmente refere-se, não a uma circunstância temporal, mas ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção, enfim, ao modo tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam etc. Daí dizer-se que tudo se realize segundo seus usos, costumes e tradições. SILVA, (2004, p. 728)

Assim, convém explicar que sob o ponto de vista jurídico, incide o direito de propriedade e o direito de posse (com titularidades distintas) para as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Desta maneira, a União detém a propriedade das terras indígenas (art. 20, inciso XI), ao passo que o usufruto exclusivo de todas as riquezas naturais nela existentes compete às comunidades indígenas.

Vislumbra-se, portanto, que o domínio dessas terras somente foi atribuído à União com o intuito de efetivamente proteger os direitos dos povos indígenas e não que se trata de uma mera concessão de uso como recorrentemente se dá no âmbito do direito privado.

2.2 DEMAIS DIREITOS GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Ao preceituar o respeito à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, a Constituição anuiu com pluralidade das populações que compõem a sociedade nacional. Em especial, pelo princípio da igualdade garantiu o direito à diferença, isto é, os indígenas brasileiros têm o direito de continuarem vivendo segundo decidirem seus povos por meio da isonomia.

Como já abordado na seção anterior, a Constituição da República de 1988 Não se olvida também que por serem as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas bens da União, também são imprescritíveis, inalienáveis e indisponíveis, o que significa dizer não podem, individual ou coletivamente, dispor dessas terras para venda ou para garantir, por exemplo, uma transação comercial.

Além disso, as disposições que reconhecem os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, essencialmente ligadas ao respeito da diferença cultural e linguística, bem como a consulta obrigatória para compreender os interesses dos povos no caso de aproveitamento de recursos hídricos ou exploração de minerais de suas terras representou um avanço tendo em vista que ao reconhecer os “direitos originários” dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, a Constituição da República incorporou a temática da existência de relações jurídicas entre os índios e as terras anteriores à formação do Estado brasileiro. Deste reconhecimento surgiram outros direitos indispensáveis à consagração da autonomia dos povos indígenas, como o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas¹². Além da questão da audiência prévia da população indígena afetada em

¹² Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(...)

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

casos de aproveitamento dos recursos hídricos e exploração mineral nas suas terras, bem como autorização do Congresso Nacional para tanto¹³.

Esta prévia audiência das comunidades indígenas constituiu-se numa inovação legislativa, destinada a assegurar que essas populações têm o poder de vetar projetos de manejo hídrico e exploração mineral em suas terras, ou seja, o Estado não pode a sua discricionariedade, decidir e impor, como fazia até então. Mais do que isso, a consulta prévia, como instrumento, assegura aos indígenas o direito de falar por si, dispensando intermediários nas suas decisões e espaços políticos. Esta é a razão pela qual a consulta prévia deve ser compreendida como um instrumento que assegura aos povos indígenas inclusive o direito a dizer “não” diante das agressões até hoje perpetuadas¹⁴.

A Carta Magna ainda assegurou aos povos indígenas a proteção às suas manifestações culturais¹⁵ e também o direito à educação, reconhecendo a utilização das línguas nativas e dos seus próprios processos de aprendizagem¹⁶.

Assim, enfim, com a Constituição da República de 1988, os povos indígenas que vivem no território controlado pelo Estado brasileiro passaram a ter os seus direitos fundamentais como sociedades diferenciadas. Isto foi importante para garantir a sua reprodução biológica e a continuidade de suas línguas e tradições.

¹³ § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

¹⁴ PERUZZO, Pedro Pulzatto. Direito à consulta prévia aos povos indígenas no Brasil. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2708-2740.

¹⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

¹⁶ Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

(...)

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Em outras palavras, a Constituição da República reconheceu a existência de diferentes sociedades no interior do território brasileiro, estabelecendo assim bases para uma convivência menos conflituosa entre as minorias indígenas e a sociedade nacional. Isso representa uma manifesta intenção do constituinte em inserir no campo das normas o reconhecimento da existência dos povos indígenas e a definição das condições para a sua continuidade e reprodução.

3 CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil por meio do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, é o instrumento na esfera internacional que aborda as tratativas que dizem respeito às condições de vida e trabalho dos povos indígenas e tribais.

Mais do que isto, a Convenção OIT 169 é um dos mais relevantes mecanismos de proteção internacional de povos indígenas. Isto porque, foi o primeiro instrumento internacional a trazer expressamente em seu bojo o reconhecimento ao direito de livre determinação dos povos¹⁷, sendo considerada um marco ao fim do modelo de tutela indígena tradicionalmente aplicado pelos Estados, porquanto rompeu com o modelo tradicional ao qual os povos indígenas eram submetidos.

Tanto é assim que, entabulado o movimento em prol do resgate cultural e social das culturas pré-colombianas, essa dinâmica também favoreceu a aprovação de outros posteriores diplomas internacionais de proteção aos povos originários, como por exemplo, em 2007 a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas¹⁸.

3.1 A CONVENÇÃO 169 DA OIT E OS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS

Antes de tratar especificamente da Convenção 169 da OIT, convém explicar qual era a lógica que a antecedeu.

Assim, anteriormente ao advento da Convenção 169 da OIT, havia a Convenção 107 (de 1957), este foi o primeiro instrumento internacional a tratar especificamente sobre os direitos do que à época se denominaria de “populações

¹⁷ GRABNER. Maria Luiza. O direito humano ao consentimento livre, prévio e informado como baluarte do sistema jurídico de proteção dos conhecimentos tradicionais. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 14 – n. 45, p. 11-65 – jul./dez. 2015. Disponível em http://www.mpf.mp.br/atualizacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/1-o-direito-humano-ao-consentimento-livre-previo-e-informado-1.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2018.

¹⁸ Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Apresentada pela Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclUniDirPovInd.html>. Acesso em 09 de novembro de 2018.

tribais ou semitribais”¹⁹, consideradas como indígenas. Sua importância histórica é atinente à abertura institucional que culminou ao trazer as demandas dos direitos dos povos indígenas para as Nações Unidas.

Promulgada no Brasil pelo Decreto Presidencial n.º 58.824, de 14 de julho de 1966 e composta de 38 artigos foi assim disposta: I – princípios gerais, II – terras, III – contratação e condições de emprego, IV – formação profissional, artesanato e indústrias rurais, V – seguridade social e saúde, VI – educação e meios de comunicação, VII – administração e VIII – disposições gerais.

No teor do artigo 12 da Convenção 107 (que trata da terra) é possível verificar que a terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas recebe proteção, exceto se inviável à segurança nacional, ao interesse do desenvolvimento econômico do país ou no interesse à saúde de tais populações.

Artigo 12

1. As populações interessadas não deverão ser deslocadas de seus territórios habituais sem seu livre consentimento, a não ser de conformidade com a legislação nacional por motivos que visem à segurança nacional, no interesse do desenvolvimento econômico do país ou no interesse da saúde de tais populações.²⁰

Assim, não apenas em relação à terra, mas do seu teor e até mesmo da intitulação da Convenção, vislumbra-se que seus principais focos se baseiam na proteção e na integração das populações indígenas sob um viés assimilacionista e homogêneo, ambos remanescentes coloniais. Assim, a concepção vigente era de que o papel dos Estados era necessário para viabilizar o “progresso” desses povos. De tal modo que, ao longo das considerações do teor da Convenção, fica nítido o objetivo de contribuir para a agregação gradual das populações indígenas na sociedade majoritária sob o argumento de melhorar suas condições de vida e trabalho. A óptica assimilacionista contemplava, evidentemente, a lógica presente no momento histórico ao qual se inseria.

¹⁹ Convenção n.º 107. Convenção sobre a proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes. Ratificada no Brasil pelo Decreto 58.824, de 14 de julho de 1966.

²⁰ Art. 12 da Convenção n.º 107. Convenção sobre a proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes. Ratificada no Brasil pelo Decreto 58.824, de 14 de julho de 1966.

Tal percepção acerca dos povos indígenas e tribais perdurou na legislação até meados da década de 1970, momento em que foi proposta sua revisão. Assim expressam Christian Ramos e Laís Abramo na introdução à publicação brasileira da Convenção 169 (2011, p. 6-7)²¹:

No bojo da revolução social e cultural que ocorreu em quase todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970, os povos indígenas e tribais também despertaram para a realidade de suas origens étnicas e culturais e, conseqüentemente, para seu direito de serem diferentes sem deixarem de ser iguais. Conscientes de sua importância e sob a orientação de sólidas organizações de promoção de seus interesses e proteção de seus direitos, esses povos passaram a assumir, eles próprios, o direito de reivindicar, acima de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando, inclusive, serem chamados de “populações”.

A própria Convenção nº 107, até então considerada um marco histórico no processo de emancipação social dos povos indígenas, passou a ser criticada por suas tendências integracionistas e paternalistas, fato admitido pelo próprio Comitê de Peritos que, em 1986, considerou-a obsoleta e sua aplicação inconveniente no mundo moderno. Sensível a essas críticas e atento às rápidas transformações sociais do mundo atual, o Conselho de Administração incluiu uma proposta de revisão da Convenção nº 107 na pauta das Conferências Internacionais do Trabalho de 1988 e 1989, com vistas a garantir a preservação e sobrevivência dos sistemas de vida dos povos indígenas e tribais e sua ativa e efetiva participação no planejamento e execução de projetos que lhes dissessem respeito.

Com as contundentes críticas recaindo sobre a Convenção da OIT 107, adveio então em 27 de junho de 1989 a Convenção 169 da OIT, na 76ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, denominada de Convenção Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes. De um lado, tais reformas encontram-se presentes nos programas de reforma do Estado e ajuste estrutural à luz do questionamento da presença europeia nas Américas por um movimento indígena emergente e, de outro, acompanha a onda de reformas constitucionais na América Latina que se dão à par dos processos no conjunto de demandas democratizantes dos novos movimentos sociais e indígenas e o discurso do multiculturalismo²².

²¹ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em 09/11/2018

²² Aos 20 anos do Convênio 169 da Oit: Balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina. Raquel Z. Yrigoyen Fajardo, p. 20. IIdS - Instituto Internacional de derecho y Sociedad Peru. Povos Indígenas: Constituições e reformas Políticas na América Latina / [organizador ricardo verdum]. - Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, 2009 vários autores Bibliografia 236p. IsBn 978-85-87386-21-2. Disponível em

A Convenção contempla assuntos diversos abarcando o cotidiano dos povos indígenas, perpassando desde o direito de serem consultados e de opinarem sobre medidas de política geral que possam lhes atingir, até seu direito à terra, formação profissional, educação, assistência à saúde e seguridade social, meios de comunicação e contratos e cooperação para além das fronteiras.

Apesar de a Convenção 107 da OIT avançar na emancipação social dos povos indígenas, como a proteção das terras tradicionalmente ocupadas e das línguas originárias, ainda remanescia aos governos o ônus de desenvolver programas de modo a progressivamente integrar as comunidades indígenas no país²³, ou seja, continha essencialmente uma política paternalista.

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, por sua vez, revogando e substituindo a antiga Convenção OIT 107, adotou diversas proposições de caráter obrigatório para os países signatários, dentre elas promover ações de proteção juntamente com a participação dos povos interessados. A própria lógica de proteção aos direitos dos povos indígenas se modifica, senão vejamos:

Artigo 2º

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

A Convenção 169 da OIT, em que pese não tenha abarcado todas as exigências necessárias dos povos indígenas, rompeu com o paradigma sustentado pelo Convênio que a antecedeu. De tal modo que o viés paternalista se modificou para o respeito à integridade da sua liberdade, direitos fundamentais e proteção contra violações de direitos humanos que são inerentes aos povos indígenas.

Tanto é assim que, em resumo, as inovações trazidas pela Convenção 169 da OIT trouxe foi essencialmente o de adotar o conceito de povos indígenas no

https://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/obrasportales/op_20090918_01.pdf. Acesso em 09/11/2018.

²³ Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho. Artigo 2º. 1. Competirá principalmente aos governos pôr em prática programas coordenados e sistemáticos com vistas à proteção das populações interessadas e sua integração progressiva na vida dos respectivos países.

âmbito do direito interno dos países, trazendo à tona o princípio da auto-identificação coletiva como critério de determinação da condição de índio, bem como os direitos de consulta acerca das medidas legislativas e administrativas que possam afetar lhes afetar direitos; de participação, ao menos mesma medida de não-índios, nas instituições eletivas e órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem; o dos povos indígenas decidirem suas próprias prioridades de desenvolvimento, bem como o direito de participarem da formulação, implementação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que lhes afetem diretamente; o de serem beneficiados pela distribuição de terras adicionais quando as terras de que disponham sejam insuficientes para garantir-lhe o indispensável a uma existência digna ou para abarcar seu possível crescimento numérico; e o direito a terem facilitadas a comunicação e cooperação entre os povos indígenas através das fronteiras, inclusive por meio de acordo internacionais.

Se atendo especificamente à terra, diferentemente da Convenção 107 da OIT que protegia a terra indígena ressalvados os casos de segurança nacional, desenvolvimento econômico do país e casos de risco à saúde da população indígena, a Convenção 169 da OIT lhes assegura o dever dos Estados *a respeitar sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação*. (OIT, 2004, artigo 13, *caput*).

3.2 A CONVENÇÃO 169 DA OIT E O STATUS SUPRALEGAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

A Convenção n.º 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002 e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004.

A incorporação de um tratado no ordenamento jurídico brasileiro pode ocorrer por três vias e, em cada uma delas, o tratado internacional ganha força normativo-hierárquico distinta.

Assim, se o tratado não versar sobre direitos humanos, integrará o ordenamento como lei ordinária. Entretanto, se versar sobre direitos humanos e for aprovado em dois turnos, por três quintos (3/5) dos votos dos respectivos membros

de cada casa do Congresso Nacional, este terá força de emenda constitucional. Tal previsão se encontra na Constituição da República desde a aprovação da Emenda Constitucional n.º 45 de 2004, que incluiu no texto constitucional o §3º no artigo 5º²⁴.

Já no caso de tratar de direitos humanos, todavia na eventualidade de não passar pelo trâmite de emenda e sim aprovado pelo processo ordinário de ratificação de tratados internacionais, como é o caso da Convenção 169 da OIT, então seu status é supralegal. Tal entendimento se consolidou em diversos posicionamentos do Supremo Tribunal Federal²⁵.

Isto porque, pelo teor da Convenção 169 da OIT, remetendo em seu prefácio sobre pactos internacionais de direitos humanos, bem como mencionando expressamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos é adequado concluir versar sobre direitos humanos.

Isso significa dizer que a referida convenção está abaixo da força hierárquica da norma constitucional, contudo acima das leis ordinárias, porquanto integra o ordenamento jurídico brasileiro como tratado internacional de direitos humanos aprovado pelo procedimento ordinário, motivo pelo qual goza de *status* supralegal.

Importa ainda mencionar que em que pese a Convenção 169 da OIT tenha sido aprovada nas Nações Unidas em 1989, o Brasil levou um tempo considerável para ratificá-la, momento que ocorreu apenas em 25 de julho de 2002, por meio do Decreto Legislativo n.º 143 de 20 de junho de 2002, entrando em vigência em julho de 2003.

A morosidade ocorreu, principalmente, em razão das tentativas de supressão ao termo “povos” e a questão dos territórios trazidos pela Convenção, já que impõe ao Estado signatário a obrigatoriedade de respeitar a auto identificação

²⁴ § 3º. Artigo 5º. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

²⁵ Nesse sentido os seguintes julgados do STF: ADI 1675-MC, Rel. Sepúlveda Pertence, DJ 19/09/03; RHC 79785, Rel. Sepúlveda Pertence, DJ 22/11/02; ADI 1480-MC, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 18/05/01; RE 214.329, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 11/06/99. Convém transcrever trecho do voto do Min. Moreira Alves quando do julgamento do HC 72131, porquanto elucidativo: “com efeito, é pacífico na jurisprudência desta Corte que os tratados internacionais ingressam em nosso ordenamento jurídico tão somente com força de lei ordinária (...) pela singela razão de que não se admite emenda constitucional realizada por meio de ratificação de tratado”

dos povos, bem como lhes dá o direito à posse e propriedade das terras que tradicionalmente ocupam.

Neste sentido, sob o argumento de que feriam a soberania nacional e a Constituição, que define as terras como propriedade da União com usufruto dos povos indígenas, tal impasse perdurou por mais de uma década, uma vez que este tipo de normativa internacional deve ser ratificada de maneira integral, ou seja, sem emendas.²⁶

Convém frisar que a tutela jurídica da Convenção OIT 169 objetiva o conceito “povo” no seu contexto de comunidade histórica e ancestral, e não seu alcance político sob a óptica de que as nações visam à independência de seus territórios em âmbito internacional. Já com relação à terra, esta é reconhecida na Convenção como condição necessária para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, e não de cessão de terras para nações ou tribos independentes dentro do território de um Estado.

Tratando ainda de povos e territórios, a Convenção 169 da OIT trouxe inovações também no que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), porquanto ao priorizar o modo de vida desses grupos sociais reconhece a estreita relação de dependência com os recursos naturais. Nas últimas décadas, o aumento no número de demarcação de terras indígenas e quilombolas e a criação de reservas extrativistas, em todo território nacional, representa um relevante avanço no reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas e comunidades tradicionais.²⁷

²⁶ CONVENÇÃO 169 da OIT é ratificada pelo Brasil. Ambiente Brasil. Artigos de Clipping. 20 de junho de 2002. Disponível em <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2002/06/20/4862-convencao-169-da-oit-e-ratificada-pelo-brasil.html>. Acesso em 09 de novembro de 2018.

²⁷ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2018.

4. O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL PROPRIAMENTE DITO E A SITUAÇÃO FÁTICA DO CASO

É comum, a diversos estados do território nacional, a sobreposição de povos ou comunidades tradicionais e Unidades de Conservação. Essa é a razão pela qual muitas são as discussões acerca da suposta e eventual incompatibilidade territorial entre ambas.

Historicamente, porém, foram os conhecimentos dos povos tradicionais em relação ao uso da terra e das riquezas naturais que surgiu como alternativa ao modelo massivamente desenvolvimentista presente até as décadas de 1980 e 1990, que estava progressivamente levando à destruição da natureza e da biodiversidade²⁸.

Isto fez eclodir no Brasil um movimento de fortalecimento dos grupos sociais, como seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, açazeiros, entre outros, até então invisíveis ao Direito. No Brasil, uma das primeiras áreas tituladas quilombolas ocorreu em 1990, através da criação da Reserva Extrativista Quilombo do Flexal²⁹.

Como o modelo de produção dominante permanece sendo agressivo e devastador à natureza e à biodiversidade, os métodos até então desconhecidos pelas estruturas do Estado e do mercado passaram a ser vistos como convenientes ao meio ambiente. Em outras palavras, enquanto a lógica do tratamento destes povos para o Direito antes era de extrativistas ou de trabalhadores rurais, dali em diante seus conhecimentos, usos e costumes passaram a assimilá-los como uma espécie de “guardiões da natureza”³⁰.

O aparente conflito de normas entre o direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do acesso à terra dos direitos dos povos e comunidades tradicionais surge, entretanto, a partir de uma interpretação

²⁸ GUARANY, Vilmar Martins de Moura. Direito Territorial Guarani e as Unidades de Conservação. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. 121 p.

²⁹ Decreto n.º 536, de 20 de maio de 1990. Cria a Reserva Extrativista do Quilombo Flexal.

³⁰ SHIRASHI NETO, Joaquim. Direito ao Desenvolvimento: o lugar como categoria jurídica necessária a uma sociedade plural. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 16 n. 109 Jun./Set. 2014 p. 297-318.

meramente conservacionista dos dispositivos legais ambientais, no qual se funda no *mito moderno da natureza intocada*³¹.

Isso significa que, em termos de análise, embora referidos grupos tenham sido abarcados pelo direito ambiental, eles o foram de maneira dissociada da natureza, como se no plano prático isto fosse possível. No caso do conflito entre a Reserva Biológica Bom Jesus e a Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa há a questão sobreposição de terras. Importante ressaltar que há ainda a necessidade do sistema jurídico em garantir a efetividade das terras indígenas combinada com a tensão do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O presente capítulo tratará, então, do conflito propriamente dito, abordando a realidade social do caso, o contexto Reserva Biológica, bem como o teor do processo judicial, que tratará do aparente conflito de normas, respeitando a Constituição da República de 1988 e, no caso específico do direito de povos originários e comunidades tradicionais, a Convenção 169 da OIT, passando enfim às considerações finais.

4.1 O ENQUADRAMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA E A REALIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA TEKOA KUARAY HAXA

A Lei 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa lei define uma unidade de conservação como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção

³¹ DIEGUES. Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. ampliada. São Paulo. ISBN 85-271-0345-1. 189 p. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/141603/mod_folder/content/0/Antonio%20Carlos%20Diegues%20-%20O%20mito%20moderno%20da%20natureza%20intocada.pdf?forcedownload=1. Acesso em 11 de novembro de 2018.

Também as divide em categorias conforme suas funções ecológicas³². Assim melhor compreende-se em que conjuntura surgiu o conflito com a Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 obriga ao Poder Público o dever de preservar os espaços territorialmente protegidos, senão vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Com isso, em 2000 sobreveio a Lei Federal 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e abarca todas as esferas federativas da criação das Unidades de Conservação.

O SNUC prevê duas categorias distintas para as Unidades de Conservação, que tanto podem ser de Unidades de Proteção Integral³³ ou de Unidades de Uso Sustentável.³⁴

Dentre as Unidades de Proteção Integral, encontram-se as Reservas Biológicas, tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus

³² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 225, §1º, VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

³³ Lei Federal 9.985/2000. Art. 7º. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

³⁴ Lei Federal 9.985/2000. Art. 7º. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais³⁵.

O artigo 10 da Lei Federal 9.985/2000 dá o regime jurídico da Reserva Biológica, ao qual prevê as limitações de intervenção que lhe são peculiares:

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Percebe-se, então, que a Reserva Biológica atua com peculiaridades deveras restritivas à intervenção humana, vedada inclusive a visitação pública excepcionada a de fim educacional. Ou seja, dá a entender que as modificações ambientais e interferência humana diretas são vedadas com o intuito de preservar integralmente a biota e os ecossistemas protegidos pela Reserva Biológica, de modo que se trata de proteção à natureza da perspectiva conservacionista, sob uma óptica estritamente biológica e ecológica.

De propriedade do Bamerindus, a antiga Fazenda Bom Jesus tornou-se Reserva Biológica Bom Jesus – REBIO Bom Jesus oficialmente criada e demarcada a partir do Decreto s/n de 05 de junho de 2012, se estendendo pelos municípios de Guaraqueçaba/PR, Antonina/PR e Paranaguá/PR e se encontra no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Com quase 35 mil hectares é composta de duas áreas, conforme caput do artigo 1º do referido diploma legal:

Art. 1º

Fica criada a Reserva Biológica Bom Jesus, com área total de 34.179 ha, nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, Estado do Paraná, composta de duas áreas, com os limites a seguir descritos:

I – Área 1: (...)

II – Área 2: (...)

A REBIO Bom Jesus tem ainda por objetivo preservar: I - os ecossistemas de Mata Atlântica, em especial as subformações da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras, II - a fauna associada; e III - a rede hidrográfica local.³⁶

Isto é, a Unidade de Conservação abrange relevante área de proteção de espécimes de fauna e flora endêmicas da Mata Atlântica, ecossistemas e os cursos hídricos deste bioma, resguardado inclusive por previsão constitucional³⁷.

De fato, a importância de uma Unidade de Conservação deste porte no bioma mais ameaçado e já devastado do país é um enorme avanço em termos de proteção e resguarda da qualidade ambiental na região e, fosse apenas isto, a correta demarcação e atuação do órgão de proteção restaria incontestável.

Importa salientar, no entanto, que a referida Unidade de Conservação foi dividida em duas partes, certamente para ressalvar da área a PR-405, que a liga à PR-340 e trata da única estrada e via de acesso que possibilita o deslocamento entre o município de Guaraqueçaba/PR e o restante do Estado do Paraná, uma vez que sem regulamentação a Unidade de Conservação de Proteção Integral sob regime de Reserva Biológica não permitiria o tráfego independente de pessoas sem o devido controle dos órgãos ambientais.

Ocorre que não apenas a estrada, mas a faixa do seu entorno também não foi abarcada pelo Decreto que determinou a criação da Reserva Biológica Bom Jesus.

Isso significa dizer que, juridicamente, ao menos a posse das terras não abarcadas podem eventualmente ser alienadas a terceiros, ainda que com restrições à titularidade e frisa-se também que há limites legais e intensa fiscalização para eventual supressão de vegetação nativa, crimes contra a fauna ou eventual poluição de corpos hídricos e demais ecossistemas essenciais que estão protegidos pela APA de Guaraqueçaba.

³⁶ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=2634> Acesso em 11 de novembro de 2018.

³⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 225. § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Pontua-se que uma simples pesquisa acessando ao aplicativo Google Earth® no modo Street View, é possível vislumbrar não apenas áreas devastadas, mas principalmente residências de veraneio, comércio de alimentos, e até chácaras com criação de gado entorno da referida Unidade de Conservação³⁸.

Já em se tratando da realidade social da Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa, convém elucidar primeiramente é sabido que as terras do litoral paranaense são o berço tradicional de - além de outros povos - guaranis.

Tanto é assim que:

O litoral pode ser considerado o berço da civilização paranaense, e conserva, até hoje, um vasto patrimônio cultural e natural (LEAL, 2000). Originalmente a região era território dos índios tupiguaranis, e começou a ser colonizada a partir do século XVI pelos europeus interessados na exploração do ouro aluvial dos rios do Litoral Norte. Iniciou-se a miscigenação das populações indígenas presentes com os portugueses e, posteriormente, com as populações negras, fator que originou uma nova formação cultural e social, cujos integrantes comumente são chamados de caiçaras.³⁹

E também em Andrade⁴⁰:

Segundo os nativos, este território é reconhecido como terra tradicional indígena devido, entre outros, à presença de vestígios de seus ancestrais o que inclui objetos e áreas de valor histórico-arqueológico atuais, mas também um conjunto de elementos e disposições que marcam as relações entre este lugar e o modo de ser guarani. (...) Os levantamentos bibliográficos (arqueológicos e etnohistóricos) apontaram para uma ocupação regional por povos de tradições indígenas ceramistas, normalmente associadas aos ancestrais dos guaranis e tupis.

Considerando que a violenta colonização que dizimou grande parte da população pré-colombiana nas Américas também dispersou as comunidades e reduziu de forma drástica o tamanho de seus territórios, é evidente que povos indígenas e não somente o povo Guarani se encontra distante e fragmentado de seus territórios ancestrais, confinado em pequenas porções ou, pior, sem qualquer terra.

³⁸ Imagens contidas no anexo.

³⁹ BORSATTO, Ricardo Serra; OTTMANN, Michelle Melissa Althaus; FONTE, Nilce Nazareno da; CIDADE JÚNIOR, Homero Amaral; ALANO, Elsi do Rocio Cardoso; CAVALLET, Valdo José. **Problemas Agrários do Litoral Paranaense: Abordagem Histórica**. Scientia Agrária, vol. 8, núm. 4, 2007, pp. 421-429 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil.

⁴⁰ ANDRADE. Sabrina de Assis. **Etnoarqueologia Mbya Guarani No Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga), Litoral do Estado do Paraná**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Não obstante, no caso em tela, o território estava sob análise de ser oficialmente declarado pela Fundação Nacional do Índio como pertencente à Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa antes mesmo da criação da Reserva Biológica Bom Jesus, fato que corrobora com o reconhecimento da ancestralidade para caracterização do povo como indígena e que possivelmente implicaria no direito à posse da terra em questão, já que pertence igualmente à União Federal.

Para fins de evidenciar e sobressaltar ao estudo o modo de vida Guarani, sobretudo para a verdadeira compreensão acerca de sua realidade social e as razões pelas quais atua de certos modos que serão questionados pelo órgão gestor da Unidade de Conservação nos autos analisados na próxima seção do presente trabalho, cumpre transcrever trecho da obra de Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Priscila Lini, porquanto bastante elucidativo:

A população indígena guarani, tradicionalmente, ocupava um território extenso, desde a mata atlântica meridional, do litoral brasileiro à direção interior do continente, chegando onde atualmente se localiza o Paraguai, norte da Argentina e parte centro-sul da Bolívia. Especificamente nas proximidades do rio Paraná, concentram-se os grupos avá, mbya e guarani kaiowá, com costumes mais ou menos uniformes particularidades em seus dialetos, cestaria, cosmologia e musicalidade. O oeste do Paraná registra maior presença de grupos avá-guarani e mbya-guarani, sendo que estes últimos possuem núcleos populacionais menores (MELIÀ, 2008. p.6)

Considerados ‘migrantes permanentes’, estabelecem suas comunidades, habitações e roçados por um período de quatro a cinco anos, alternando o espaço quando a terra e fauna local demandam recuperação. Assim, transferem o aldeamento a outro sítio, levando consigo sua estrutura.

Esse traço importante à organização tribal guarani, complementado às andanças e migrações periódicas, possui também um caráter religioso e xamânico. Por isso a compreensão do guarani como seminômade, caçador e guerreiro que se dedica à agricultura de subsistência, utilizando a técnica de roçado e rotação do solo.

Considerando que o avá-guarani realiza seu cotidiano nestas constantes movimentações entre um núcleo populacional a outro, pode-se defini-los como ocupantes de um espaço itinerante (SILVA, 2007. p. 66). A mobilidade, as frequentes visitas entre parentes e amigos de uma aldeia a outra, constituem elemento-chave para a realização do teko na tekoha ou seja, à sua compreensão de bem viver no espaço sagrado.

Impor uma limitação ao espaço geográfico, para um avá-guarani, é uma forma de violência. Não é possível, dentro do conceito do teko e da tekoha determinar uma fração territorial fixa a ser permanentemente ocupada – não lhe será possível manter o estado do ñande reko. Em sua condição de ‘guataha’, (caminhante) são as lembranças de suas passagens, as idas e vindas através deste território (SILVA, 2007, p. 19) a materialização de seu modo de ser e a troca de experiências.

Mais do que as simples relações de propriedade compreendidas ao modo capitalista, o guarani incorpora no espaço uma extensão do ser, englobando os métodos de uso e cultivo à sua complexa cosmologia, que envolve simultaneamente o indivíduo e a comunidade.

O esforço em manter suas tradições e práticas, a resistência vivida nas aldeias e travessias, a defesa de seu território – que muitas vezes lhes custa a vida – são os últimos recursos encontrados pelo indígena para

perpetuar sua cultura. Se não for para viver a seu modo, se não puder efetivar o teko, sequer vale a pena viver. (LINI, 2015, p. 222)

Este modo de vida tradicional e a ocupação de um território extenso e impreciso, muitas vezes conflitante com as fronteiras dos Estados, condena o avá-guarani Existência e resistência: o avanço do agronegócio nos territórios tradicionais AváGuarani no Paraná a uma situação de fragilidade e incerteza, uma vez que o modelo de demarcação de reservas não se mostra suficiente às suas características culturais e materiais. Este território, coincidente com as propriedades rurais comercializadas desde a metade do século XX, torna-se objeto de intensos conflitos com os agricultores e agentes econômicos na região, relegando o indígena a uma condição de marginalidade e violência.⁴¹

Feitas tais considerações, é possível vislumbrar que pelo regime da Unidade de Conservação da Reserva Biológica Bom Jesus, evidentemente a presença da Comunidade Indígena estaria fora da proposta do ICMBIO. Ocorre que se o intuito é a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas ali inseridos por um viés estritamente biológico, não há razão para permitir intervenção humana indireta nos diretos limites da referida Unidade de Conservação. E se, ao contrário, a intervenção humana, ainda que indireta seria permitida ou ao menos a conservação estaria parcialmente mitigada, qual a razão de a Comunidade Indígena presente na área antes mesmo da criação da REBIO não poder ali permanecer?

⁴¹ SOUZA FILHO. Carlos Frederico Marés de; LINI. Priscila. Existência e Resistência: o avanço do agronegócio nos territórios tradicionais Avá-Guarani no Paraná. R. Fac. Dir. UFG, v. 41, n. 3, p.101-116, set/dez. 2017. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/49332/24911>>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

4.2 A DEMANDA EM JUÍZO

Instalado o conflito, o Instituto Chico Mendes ingressou junto à Vara Federal da Subseção Judiciária de Paranaguá sob autos n.º 5000189-75.2014.4.04.7008⁴² para ação de reintegração de posse. Argumentando, sobretudo, no sentido de que a posse da Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa seria ilegítima por se tratar de povo provindo de comunidade indígena de Manguueirinha-PR e que as famílias que, em primeiro momento, estavam estabelecidas haviam se mudado e na localidade em questão encontravam-se novas famílias. Nesta seção serão abordados os principais argumentos trazidos pelos agentes do processo (ICMBIO, FUNAI, MPF, Juiz de primeiro grau e Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como a Comunidade Indígena).

Entretanto, a FUNAI se manifestou em diversos momentos nos autos em primeiro grau contra o deferimento da liminar de reintegração de posse, sustentando que a relação entre povos indígenas e a terra seria diferente da relação capitalista dos não-indígenas, de maneira a aduzir que não teria maior aptidão para degradação. Além disso, não poderia atuar junto ao ICMBIO em razão do processo demarcatório já em andamento da terra ora discutida junto à Fundação.

Para tanto, o ICMBIO sustentou que a comunidade requerida teria promovido uma invasão na sede da Fazenda Bom Jesus - antiga fazenda Bamerindus, um imóvel com 3.124 hectares. As seis famílias de indígenas da etnia Guarani seriam oriundas da terra indígena de Manguueirinha, região centro-sul do Estado do Paraná, tendo se instalado na área em questão por volta da segunda quinzena de abril de 2012, passando a denominá-la de aldeia Kuaray Haxa. O documento oficial relataria que tais pessoas teriam se instalado em 04 habitações, uma casa de reza e um barracão, promovendo pesca e caça, criando 4 galinhas e 7 cachorros, e que pretendariam plantar cerca de 01 hectare para desenvolver roça e que não teriam intenção de desocupar a área em questão.

Segundo o ICMBIO, outros índios estariam sendo aguardados no local, o que denotaria a possibilidade de ampliação da ocupação e da degradação ambiental. Uma reunião teria sido promovida em 15 de abril de 2013, na sede da FUNAI, envolvendo representantes do ICMBIO e da autarquia indigenista, com o

42

Com publicidade liberada ao público externo. Imagem comprobatória em anexo.

objetivo de estabelecer tratativas para a desocupação. A FUNAI teria dito não poder colaborar com o ICMBIO, com ações voltadas à desocupação, dado que já teria sido formalizado o pedido de demarcação da terra.

A Procuradoria da República manifestou-se argumentando que a simples posse indígena não seria suficiente para a aplicação do art. 231, CRFB. A FUNAI teria sustentado não haver demandas antigas sobre aludida área; as 06 famílias de indígenas da etnia guarani seriam oriundas de Mangueirinha, região centro-sul do Paraná, ocupando a área mencionada na inicial apenas a partir de abril de 2012. O Ministério Público Federal opinou então pelo acolhimento do pedido deduzido na inicial.

O Juízo Substituto da Vara Federal de Paranaguá deferiu, então, em 15 de julho de 2014, aludido pedido de reintegração na posse.

O oficial de justiça sustentou que, das 06 famílias mencionadas na inicial, 05 já teriam deixado aquele local. Ao mesmo tempo, ele sustentou que o mandado expedido não estaria em conformidade com a decisão prolatada. Determinou-se a expedição de novo mandado.

O MPF postulou a reconsideração e a suspensão da decisão, argumentando ser nula a anterior manifestação ministerial nos autos, eis que promovida antes da manifestação das partes e dado o art. 16 da Convenção 169, OIT, versando sobre a autodeterminação dos povos (Decreto 5.501/2004). A Procuradoria da República disse ser cabível a harmonização entre os direitos indígenas e a tutela ambiental, de modo que a liminar deveria ser revogada.

O Juízo de origem manteve a liminar, suspendendo, porém, seus efeitos, até a realização de audiência de conciliação, designada para o dia 10 de outubro de 2014, redesignada para o dia 20 de outubro de 2014. Na audiência, deferiu-se o pedido da FUNAI quanto à prorrogação do prazo de desocupação para 60 dias, com apresentação, pela aludida Fundação, de um estudo para realização da medida.

A Comunidade Indígena Tekoa Kuaray Haxa constituiu advogado nos autos e postulou acesso ao feito. Ela requereu a retificação do termo de autuação, dado que apenas teria mencionado, até então, a liderança WERÁ POPYGUA, também conhecido como RIVELINO GABRIEL DE CASTRO. Ela reportou-se ao art. 232, CF/1988 e art. 37 da lei n. 6.001/1973, ao tempo em que enfatizou caber à FUNAI a adequada assistência jurídica aos povos indígenas, na forma do art. 3º do decreto 7.778/2012. A Comunidade detalhou também as ações possessórias envolvendo

terras indígenas no Estado do Paraná. Ela aduziu que a liminar seria nula, porquanto deferida sem efetiva citação da requerida.

A liminar foi revogada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao apreciar o agravo de instrumento interposto pela FUNAI (agravo n. 50001897520144047008, decisão de 18 de novembro de 2014).

O ICMBIO manifestou-se alegando não ser possível, na hipótese discutida nos autos, a dupla afetação da área em questão, de maneira a acomodar os interesses dos ocupantes em instalar a aldeia indígena e a tutela ambiental. Os indígenas teriam deixado aquela fazenda, por volta de novembro de 2014, retornando, porém, em fevereiro de 2015. Ele renovou o pedido de liminar, enfatizando que, na região Sul do país, haveria apenas 03 REBIOs, já considerando a Fazenda Bom Jesus.

Determinou-se que a Funai prestasse informações sobre o pedido de reconhecimento da área como indígena. A FUNAI se manifestou reportando-se à nota técnica n. 20/CGID/2015, mencionando haver indícios de ocupação tradicional indígena, naquela região, por parte da aldeia TEKOA KUARAY HAXA. Ela reportou-se às informações n.º 35/2015, COAF/PFE/FUNAI/PGF/AGU.

O MPF teceu considerações dizendo ser possível a dupla afetação da área em questão.

A COMUNIDADE INDÍGENA KUARAY HAXA manifestou-se argumentando não ter havido o alegado abandono da área em questão, ao contrário do alegado pelo ICMBIO. Ela disse cuidar-se de ocupação tradicional, juntando documentos. O ICMBIO peticionou dizendo já ter tentado, sem êxito, uma solução consensual da contenda; ele alegou ter interesse processual e que não estariam preenchidos os requisitos para a extinção do caso sem julgamento do mérito.

O MPF requereu a expedição de ofício à COPEL para fornecimento de energia elétrica àquela aldeia. Semelhante foi o pleito da comunidade indígena. O pleito foi acolhido pelo r. Juízo de origem. O MPF juntou documentos alusivos a uma reunião, havida em 10 de dezembro de 2014, versando sobre a compensação das comunidades indígenas atingidas pelo processo de licenciamento da dragagem do porto de Paranaguá e Antonina.

O oficial de justiça juntou aos autos o laudo de constatação, com as fotos pertinentes. A audiência de conciliação foi cancelada e a competência foi declinada, por força da resolução 23/2016, TRF4. Redistribuídos os autos, realizou-se

audiência de conciliação em 26 de outubro de 2016. Indeferiu-se, então, os pedidos formulados pelo ICMBIO, requisitando também informações junto à FUNAI quanto ao estado do processo de investigação da pretensa ocupação tradicional da área em questão, para fins de eventual aplicação do art. 231, CRFB.

O ICMBIO disse não haver maiores probabilidades quanto à solução consensual da contenda, alegando também que

há que se fazer uma distinção entre os casos de sobreposição de áreas de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do norte do país (como a RDS Mamirauá, citada pela FUNAI), e as soluções encontradas para esses conflitos, e a situação existente no sul do país, como é o caso dos autos, cujo ambiente dispõe de outra lógica de ocupação territorial, consolidação urbana e pressão industrial/rural. Mais próximo a esta ocupação e Unidade de Conservação temos a expansão portuária e sua busca por áreas, de forma a aumentar e modernizar a infraestrutura do mesmo, tendo efeitos diretos na qualidade de vida das populações humanas e na biota. Nesse contexto insere-se a busca dos Guaranis pelas suas terras ancestrais e a criação de unidades de conservação. Proposta, dentro dessa lógica, a seguinte reflexão: seria exatamente essa a área de ocupação tradicional indígena ou foi uma oportunidade entre tradicionalidade e disponibilidade fundiária? Teriam os mesmos ocupado o local caso o mesmo fosse propriedade privada? São questões complexas, não se propondo, nesse momento, uma resposta, mas apenas um dado para ponderação.

A COMUNIDADE manifestou-se requerendo prazo para a juntada de etnomapeamento dos recursos, área de uso e impactos da ocupação, elaborados por técnicos da organização indígena Comissão Guaraní Yvyrupa, em estágio de finalização, bem como de nota técnica sobre sítio arqueológico identificado no interior daquela área. Ela requereu, ademais, a coleta de testemunhos, inspeção judicial e perícia antropológica.

O MPF disse não ser necessária a realização de diligências probatórias distintas daquelas já especificadas nos autos.

Veja-se que o ICMBIO argumenta no sentido de que não é possível, no caso em tela, a dupla afetação da área, isto é, combinar a devida proteção ambiental com a tutela indígena prevista pela Constituição. Ocorre que a Reserva Biológica Bom Jesus é composta de duas áreas que somam 34.179 hectares. Embora haja a prática de caça, pesca e criação de pequenos animais para subsistência, não há corte de vegetação, pois o acampamento está situado em área antigamente ocupada pelos escombros das casas da antiga Fazenda Bom Jesus. O grupo indígena atualmente é composto por apenas 11 indígenas, entre adultos e crianças, o que cotejado com a grande extensão da reserva, sua permanência na área trará

eventual impacto ambiental mínimo, ainda mais se considerada a hipótese de virem a colaborar na conservação e proteção da natureza, visto que a ocupação efetiva já está ocorrendo em área antes desarborizada, onde ficava instalada a sede da antiga Fazenda Bom Jesus.

O segundo argumento debatido pelo ICMBIO ainda é o de que é de se destacar que, quando da posse da área pela comunidade indígena, perfectibilizada no mês de abril de 2012, aquele espaço territorial não detinha a natureza de reserva biológica, fato este que somente veio a ocorrer com a edição do Decreto (sem número) de 05 de junho de 2012. Ou seja, a criação da Reserva Biológica Bom Jesus sucedeu à posse indígena no local, e não o contrário. Ou seja, os indígenas foram surpreendidos pela afetação da área que detinham a posse de forma mansa e pacífica.

Veja-se que nenhum dos dois principais argumentos trazidos pelo ICMBIO são consistentes o suficiente para legitimar a reintegração de posse da área em questão. Tanto é assim que o próprio Ministério Público Federal dispõe o seguinte no parecer apresentado perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

Se uma nova tendência de conservar e proteger a sociobiodiversidade vem se consolidando no debate internacional, manifesta em manter presentes nas unidades de conservação de proteção integral os povos tradicionais que ali residam e utilizem recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegurar a proteção das características que ensejaram a iniciativa de conservação ambiental desses territórios.

(...) Embora seja possível o reassentamento ou realocação das populações tradicionais residentes em unidades de conservação (veja-se, a lei fala em residentes, e não em proprietários, situação legal em que se encaixa a comunidade indígena ré), tal somente deverá ser feito após esgotadas todas as alternativas possíveis de compatibilização da manutenção da presença das populações tradicionais com os objetivos da unidade de conservação, e não como determinado na decisão antecipatória de tutela agravada que, ao largo de possibilitar essa compatibilização legal, determinou a realocação forçada das famílias indígenas no prazo de 30 dias, sem sequer condicionar tal drástica medida à prévia definição pelo poder público de um local e condições acordados entre as partes, conforme dicção legal antes reproduzida.

Veja-se que a ponderação ora trazida refere-se não à ocupação da área em si, mas à remanescente postura colonial de privação dos povos indígenas que têm relação tradicional e profunda de identidade com suas terras ancestrais, não se tratando apenas de posse ou propriedade em sentido jurídico e capitalista, todavia

de uma existência atualmente não majoritária que, ao longo dos séculos, foi violentamente dizimada e violada nas Américas e ainda resiste em manter viva sua tradição e cultura.

5 CONCLUSÃO

Não cabe e nem se intenciona, em tão exíguo espaço, esgotar de respostas tais apontamentos, apenas trazer à tona de que se a ideia é a preservação da qualidade ambiental de florestas com importância que ultrapassam suas próprias fronteiras, como é o caso dos principais biomas brasileiros (Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica), quem melhor para manusear sustentavelmente os recursos naturais e usar adequadamente a terra, bem como proteger contra possíveis invasores e pragas ou ainda contribuir para o desenvolvimento humano com técnicas específicas provindas de saberes tradicionais do que os povos e comunidades tradicionais que conhecem as espécies, o clima, o relevo e demais aspectos pontuais atinentes ao seu modo de saber e viver?

Sobre o assunto, frisa-se que é sabido que as áreas ambientais mais preservadas no Brasil são as de ocupação destes povos. Isso significa que a intervenção humana na natureza por vezes pode ser mais benéfica do que decretos e falhas na fiscalização de grandes áreas podem prever e atuar. Além de, evidentemente, respeitar os direitos e garantias fundamentais resguardados aos povos originários pela Constituição da República de 1988 e instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos.

Assim, a atuação do ICMBIO que, historicamente, é nomeado por um dos maiores defensores de povos e comunidades tradicionais da Amazônia⁴³ e que visa a conservação da biodiversidade, em que pese se reconheça os esforços que despenderam para negociar amigavelmente a desocupação das terras ora referidas, poderia, em nosso sentir, ter atuado de modo a resguardar a qualidade ambiental incluindo o povo tradicional Guarani da região na área, o que demandaria evidentemente a criação de uma Unidade de Conservação com regime jurídico diverso do apresentado.

Por ora, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região vislumbrou acertadamente, seguindo as razões de fundamento do Ministério Público Federal, que os conflitos entre as Unidades de Conservação e a tutela do direito à terra dos povos indígenas

⁴³ ALLEGRETTI. Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423/9048>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

pode se dar de maneira concomitante e produtiva tanto para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado quanto o direito à cultura de todos os brasileiros indígenas e não-indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Constituição (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Constituição (1946). Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, 18 de julho de 1946. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. 24 de janeiro de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Constituição (1969). Emenda Constitucional n.º 1. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. 17 de outubro de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Decreto s/n de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Bom Jesus, nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, Estado do Paraná. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1 - 6/6/2012, p. 9

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1 - 20/4/2004, p. 1.

_____. PLS 169/2016. Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista. Estatuto dos Povos Indígenas. Brasília, 5 de junho de 2009.

_____. Lei Federal 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1 - 21/12/1973, p. 13177. Coleção de Leis do Brasil - 1973, Página 150 Vol. 7

_____. Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2000, Página 1. Coleção de Leis do Brasil - 2000, Página 4917 Vol. 7.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Relatório Parametrizado - Unidade de Conservação. Unidade de Conservação: Reserva Biológica Bom Jesus. Disponível em <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=2634>. Acesso em 15/10/2018, 10h36min.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Estudos Avançados**. v. 24. n°. 68. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ANDRADE, Sabrina de Assis. **Etnoarqueologia Mbya Guarani No Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga), Litoral do Estado do Paraná**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; OTTMANN, Michelle Melissa Althaus; FONTE, Nilce Nazareno da; CIDADE JÚNIOR, Homero Amaral; ALANO, Elsi do Rocio Cardoso; CAVALLET, Valdo José. **Problemas Agrários do Litoral Paranaense: Abordagem Histórica**. Scientia Agraria, vol. 8, núm. 4, 2007, pp. 421-429 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil.

CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas Brasileira**. Instituto Rio Branco. 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio - ensaios e documentos**. São Paulo: Braziliense, 1987.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. **O Sujeito Diferenciado: A Noção de Pessoa Indígena no Direito Brasileiro. Dissertação de mestrado.** Curitiba: UFPR, 1999.

FREITAS JÚNIOR, Luis de. **A posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como um instituto diverso da posse civil e sua qualificação como um direito constitucional fundamental.** Universidade de Fortaleza, 2010. 247 p.

GUARANY, Vilmar Martins de Moura. **Direito Territorial Guarani e as Unidades de Conservação.** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. 121 p.

LEITÃO, S. Superposição de leis e de vontades – por que não se resolve o conflito entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação? In: RICARDO, F. & MACEDO, V. (Orgs.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

LEITE, Rafael Soares. **“A vontade livremente expressa dos povos”:** Autodeterminação e direitos de participação dos povos indígenas no Direito Internacional. Curitiba: UFPR, 2014. 262 p.

MARES de Souza Filho, Carlos Frederico. **O renascer dos povos indígenas para o direito.** Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Textos Clássicos sobre o Direito e os povos indígenas.** Curitiba. Juruá, 1992.

_____.; LINI. Priscila. Existência e Resistência: o avanço do agronegócio nos territórios tradicionais Avá-Guarani no Paraná. R. Fac. Dir. UFG, v. 41, n. 3, p.101-116, set/dez. 2017.

MIRANDA. R.S. **Ecologia política e processos de territorialização.** Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013 P 142-161.

PEREIRA, Déborah Macedo Duprat de Britto. **O estado pluriétnico: além da tutela: bases para uma política indigenista**. Biblioteca Digital. Ministério Público Federal. 6ª CCR - Populações indígenas e comunidades tradicionais. 2002. Disponível em <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/83418>. Acesso em 23 de outubro de 2018

Pesquisa mostra que terras indígenas ajudam a prevenir desmatamento. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-demarcacao-das-terras-indigenas-e-decisiva-para-conter-o-desmatamento-e-manter-funcoes-climaticas-essenciais>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, Christian; ABRAMO, Laís. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011 1 v. ISBN: 978-92-2-824257-7 (print); 978-92-2-824258-4 (web pdf) Organização Internacional do Trabalho; Escritório no Brasil Povos indígenas / povos tribais / direitos humanos / Convenção da OIT / Resolução da OIT / comentário / aplicação 14.08. Quinta edição.

SANTOS, Sílvio Coelho dos Santos. Povos Indígenas e a Constituinte. Porto Alegre: Movimento/Edusfc, 1989.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. In: SANTILI, Juliana (Coord.). **Os direitos indígenas e a constituição**. Porto Alegre: Fabris, 1993.

SANTILLI, Juliana. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Uma Visão Socioambiental**. In: SILVA, Letícia Borges da; Oliveira, Paulo Celso de (Coord.). Socioambientalismo: Uma Realidade. Curitiba: Juruá, 2007.

SHIRASHI NETO, Joaquim. **Direito ao Desenvolvimento: o lugar como categoria jurídica necessária a uma sociedade plural**. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 16 n. 109 Jun./Set. 2014 p. 297-318.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa. **Os direitos originários dos índios sobre as terras que ocupam e suas conseqüências jurídicas**. In: SANTILI, Juliana (Coord.). Os direitos indígenas e a constituição. Porto Alegre: Fabris, 1993. p. 9-14.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente: Paralelo dos Sistemas de Proteção Internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2004. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **O que nos faz pensar**, vol. 18, Rio de Janeiro: PUC-Rio – 225-254.

ANEXO 1 – OCUPAÇÕES NÃO INDÍGENAS AOS ARREDORES DA RESERVA BIOLÓGICA BOM JESUS



GOOGLE EARTH. Modo Street View. PR-405 – Paraná: foto aérea. Guaraqueçaba, 2018. 1 fotografia aérea. Link disponível em <https://earth.app.goo.gl/K6UQiC>. Acesso em 15/10/2018, 15h01min.



GOOGLE EARTH. Modo Street View. PR-405 – Paraná: foto aérea. Guaraqueçaba, 2018. 1 fotografia aérea. Link disponível em <https://earth.app.goo.gl/SUz4DD>. Acesso em 15 de outubro de 2018, 16h03min.

ANEXO 2 – COMPROVAÇÃO DE PUBLICIDADE ABERTA DOS AUTOS ANALISADOS

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRF4 JFRS JFSC JFPR

CONSULTA PROCESSUAL

Nº do Processo:

TRF4

O que você procura? Sessões, Pausas, Transparência

Inicial TRF4 > Consulta Processual Unificada > Resultado da Pesquisa

Consulta Processual Unificada - Resultado da Pesquisa

[CONCILIAR | PUSH](#)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5000189-75.2014.4.04.7008 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)
 Data de autuação: 24/01/2014 18:43:44
 Tutela: Requerida
 Juiz: FLAVIO ANTONIO DA CRUZ
 Órgão Julgador: Juízo Substituto da 11ª VF de Curitiba

Situação: MOVIMENTO
Valor da causa: 0,00
Intervenção MP: Não
Maior de 60 anos: Não
Competência: Cível/Ambiental
Assuntos:
 1. Posse, Coisas, DIREITO CIVIL
 2. Dano ambiental, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL

AUTOR: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
RÉU: COMUNIDADE TEKOA KUARAY HAXA
INTERESSADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(Clique aqui para mostrar todas as partes/advogados)

Nome: SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS - PF/PR (Procurador do AUTOR)
Nome: BRUNO MARTINS MORAIS (Advogado do RÉU)
Nome: SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS - PF/PR (Procurador do INTERESSADO)
Nome: JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS (Procurador do MPF)


Nº 50221158720144040000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - TRF)
 Clique aqui para ver os processos relacionados no TRF4

06/11/2018 15:54 - 355. Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada (RÉU - COMUNIDADE TEKOA KUARAY HAXA) Prazo: 15 dias
05/11/2018 16:37 - 354. Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 347
30/10/2018 23:04 - 353. PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - PETIÇÃO

(Próximos Eventos)

[Nova Consulta]

Comprovação de publicidade dos autos nº 5000189-75.2014.4.04.7008, tramitando na Vara Federal De Paranaguá. Disponível em https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=50001897520144047008&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&hdnRefId=&txtPalavraGerada=&txtChave=. Acesso em 11 de novembro de 2018.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

[IR PARA O CONTEÚDO](#)
[INFORMAÇÕES DE ACESSIBILIDADE](#)
[AJUDA LEGISLATIVA](#)

TRF4

JFRS

JFSC

JFPR

CONSULTA PROCESSUAL

Nº do Processo

TRF4

PESQUISAR

O que você procura? Sessões, Pautas, Transparência

Q

Inicial TRF4 > Consulta Processual Unificada > Resultado da Pesquisa

Consulta Processual Unificada - Resultado da Pesquisa

CONCILIAR | PUSH

Agravo de Instrumento Nº 5022115-87.2014.4.04.0000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - TRF)
Originário: Nº 50001897520144047008 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)
Data de autuação: 04/09/2014 10:49:48
Tutela: Não Requerida
Relator: LUIZ ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE - 4ª Turma
Órgão Julgador: GAB. 43 (Des. Federal LUIZ ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE)

Situação: BAIXADO
Justiça gratuita: Não requerida
Valor da causa: 0.00
Intervenção MP: Não
Maior de 60 anos: Não
Competência: Administrativo (Turma)
Assuntos:
1. Posse, Coisas, DIREITO CIVIL
2. Imissão na Posse, Obrigação de Entregar, Liquidação / Cumprimento / Execução, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
AGRAVADO: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
INTERESSADO: CACIQUE VERA (RIVELINO) E AS 6 FAMÍLIAS DE INDIOS GUARANI QUE LIDERA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(Clique aqui para mostrar todas as partes/advogados)

Nome: COORDENAÇÃO DE MATÉRIAS FINALÍSTICAS (Procurador do AGRAVANTE)
Nome: COORDENAÇÃO DE MATÉRIAS FINALÍSTICAS (Procurador do AGRAVADO)
Nome: LUIZ CARLOS WEBER (Procurador do MPF)

Nº 50001897520144047008 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)

31/05/2016 22:12 - 85. Baixa Definitiva
31/05/2016 07:22 - 84. Recebimento - STJ
26/09/2015 10:02 - 83. Ato Ordinatório - Processo protocolado no STJ - EM 25/09/2015

(Próximos Eventos)

[Nova Consulta]

Comprovação de publicidade dos autos nº 5022115-87.2014.4.04.0000, já baixado perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Disponível em https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtValor=50221158720144040000&selOrigem=TRF&chkMostrarBaixados=&selForma=NU&hdnRefId=&txtPalavraGerada=. Acesso em 11 de novembro de 2018.